

Arteris

Régis Bittencourt

Autopista Régis Bittencourt S.A.

CNPJ/MF nº 09.336.431/0001-06

Relatório da Administração – 2025

Registro, 27 de fevereiro de 2026 – Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Arteris S.A. ("Companhia" ou "Régis Bittencourt") apresenta aos seus investidores e ao mercado em geral, o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 2025. As informações financeiras e operacionais a seguir, salvo indicação em contrário, estão em conformidade com a Legislação Societária e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e dados não constantes no balanço patrimonial, demonstração de resultados e notas explicativas das demonstrações contábeis não foram objeto de revisão pelos auditores independentes. Nos termos da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, revisou e aprovou, por unanimidade, as informações contidas no Relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. ("Deloitte") sobre as Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP, emitida nesta data, e com as respectivas Informações Anuais, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Introdução: A Autopista Régis Bittencourt S.A. ("Companhia" ou "Régis Bittencourt"), concessionária controlada integralmente pela Arteris S.A., é responsável, desde 2008, pela operação de 396,6 km da rodovia BR-116, no trecho que conecta as cidades de São Paulo (SP) e Curitiba (PR). A concessão, obtida em leilão realizado em outubro de 2007 e com vigência até 2033, abrange 6 praças de pedágio e atravessa 17 municípios nos estados de São Paulo e Paraná, atendendo a uma população significativa e a importantes polos logísticos e industriais. A rodovia, considerada um dos principais corredores de integração entre as regiões Sudeste e Sul do Brasil, também desempenha papel estratégico na conexão com países do Mercosul. O tráfego na malha é intensamente composto por veículos pesados (cerca de 79%), refletindo sua relevância no transporte de cargas. Entre as principais obras realizadas, destaca-se a duplicação da Serra do Cafezal, concluída em 2017, além de melhorias contínuas como a entrega de trevos em desnível e intervenções em pontos críticos. A Companhia presta serviços essenciais aos mais de 150 mil usuários diários, incluindo atendimento médico e mecânico 24 horas, e atua sob regulação da ANTT, com investimentos voltados à ampliação, modernização e segurança da rodovia.

Destaques Operacionais e Financeiros – 2025

Tráfego Pedagiado: A Companhia apresentou crescimento de **3,8%** no tráfego no exercício de 2025, com **182,5 milhões de veículos equivalentes**. O *mix* de veículos equivalentes foi de **85,1%** do tráfego representado por veículos pesados e **14,9%** por veículos de leves.

Receita de Pedágio: A receita de pedágio da Companhia totalizou **R\$ 748,3 milhões** em 2025, com crescimento de **6,6%** quando comparado com o ano anterior.

EBITDA Ajustado e Margem: O **EBITDA Ajustado** totalizou **R\$ 536,3 milhões** em 2025, com aumento de **6,7%** quando comparado com o ano anterior, e com uma margem de **77,5%**.

Desempenho Operacional

Tráfego Pedagiado

Veículos Equivalentes (Mil)	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Total	46.861	45.989	1,9%	182.459	175.782	3,8%
Leves	7.311	7.303	0,1%	27.124	27.246	(0,4%)
Pesados	39.550	38.687	2,2%	155.334	148.535	4,6%

A Régis Bittencourt registrou 182,5 milhões de veículos equivalentes no exercício de 2025, com aumento de 3,8% em comparação ao exercício de 2024. O aumento foi percebido no segmento de veículos pesados (4,6%) e uma leve retração no segmento de veículos leves (-0,4%). No comparativo trimestral, a Companhia registrou um tráfego de 46,9 milhões de veículos equivalentes (+1,9%). Os veículos pesados são impactados pelo forte dinamismo das exportações da região Sul do país, com destaque para carnes, milho, soja, automóveis e produtos industriais e pela intensa movimentação portuária em Paranaguá, Itajaí e demais terminais da região. O encerramento de operações ferroviárias no trecho da Tronco Sul, também deslocou maior volume para o modal rodoviário (além do início da cobrança do eixo suspenso a partir de maio/24). A redução dos veículos leves foi marcada por forte influência das condições climáticas adversas, com chuvas intensas, frio extremo, geadas, granizo e até ciclones extratropicais. Além de interdições pontuais por deslizamentos no início do ano, que redirecionaram parte do fluxo. O aumento dos combustíveis, a inflação e o avanço da inadimplência também contribuíram para redução.

Tarifa Média

Tarifa Média (R\$/Veic. Equiv.)	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Tarifa Média	4,10	4,00	2,6%	4,10	3,99	2,7%

A tarifa média no exercício de 2025 foi de R\$ 4,10, com um aumento de 2,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. No 4T25, a tarifa média alcançou R\$ 4,10, representando um crescimento de 2,6% em relação ao 4T24. A variação anual reflete os reajustes tarifários aplicados no período, conforme previsto nos contratos de concessão. A correção tarifária anual da Companhia tem como data-base o mês de dezembro/2025.

Desempenho Econômico-financeiro

Receita Operacional

R\$ mil	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Receita Bruta	242.359	214.338	13,1%	940.934	882.624	6,6%
Receitas de pedágio	192.331	184.050	4,5%	748.314	701.917	6,6%
Receitas de construção	49.062	30.432	61,2%	182.944	172.643	6,0%
Outras Receitas	966	(144)	(770,8%)	9.676	8.064	20,0%
Deduções	(16.799)	(16.140)	3,9%	(66.017)	(61.500)	7,3%
Receita Operacional Líquida	225.590	198.198	13,8%	874.917	821.124	6,6%
Receita Operacional Líquida Ajustada¹	176.528	167.766	5,2%	691.973	648.481	6,7%

1: Excluindo a Receita de Construção

Receita de Pedágio: A receita bruta de pedágio em 2025, totalizou R\$ 748,3 milhões, crescimento de 6,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. No 4T25, a receita foi de R\$ 192,3 milhões, aumento de 4,5% na comparação com o 4T24. O desempenho reflete, principalmente, o impacto dos reajustes tarifários e o aumento do tráfego no período.

Receitas de Construção: As receitas de construção da Companhia totalizaram R\$ 182,9 milhões em 2025, com um aumento de 6,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. No 4T25, a receita foi de R\$ 49,1 milhões, com aumento de 61,2% na comparação com o 4T24. Essa linha representa apenas um ajuste contábil, sem impacto no caixa da Companhia.

Outras Receitas: As receitas acessórias registraram R\$ 9,7 milhões em 2025, aumento de 20% em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento anual está relacionado a reajustes contratuais e maior realização de receitas com cabos óticos ou metálicos. No 4T25, as receitas alcançaram R\$ 1,0 milhão, frente ao saldo negativo de R\$ 0,1 milhão no 4T24.

Custos e Despesas

R\$ mil	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Custos e Despesas Operacionais (Caixa)	(39.021)	(35.991)	8,4%	(155.686)	(145.656)	6,9%
Pessoal	(13.774)	(15.624)	(11,8%)	(55.745)	(54.282)	2,7%
Conservação	(3.849)	(4.014)	(4,1%)	(13.844)	(10.986)	26,0%
Serviços de terceiros	(8.557)	(8.202)	4,3%	(29.165)	(32.741)	(10,9%)
Seguros e garantias	(1.470)	(1.307)	12,5%	(5.704)	(5.152)	10,7%
Verba de fiscalização	(5.590)	(5.331)	4,9%	(22.334)	(21.297)	4,9%
Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscal	(714)	(968)	(26,2%)	(5.781)	(5.172)	11,8%
Outros	(5.067)	(545)	829,7%	(23.113)	(16.026)	44,2%

Custos e Despesas Operacionais (Não Caixa)	(33.917)	(212.243)	(84,0%)	(412.662)	(588.273)	(29,9%)
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	100.242	(101.961)	(198,3%)	100.242	(101.961)	(198,3%)
Custo dos serviços de construção	(49.062)	(30.432)	61,2%	(182.944)	(172.643)	6,0%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(8.311)	(6.990)	18,9%	(36.204)	(33.445)	8,2%
Depreciação e Amortização	(76.786)	(72.860)	5,4%	(293.756)	(280.224)	4,8%

Custos e Despesas Operacionais	(72.938)	(248.234)	(70,6%)	(568.348)	(733.929)	(22,6%)
--------------------------------	----------	-----------	---------	-----------	-----------	---------

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 568,3 milhões em 2025, redução de 22,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desconsiderando a provisão para redução ao valor recuperável, o custo dos serviços de construção, a provisão para manutenção e a depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$ 155,7 milhões, com aumento de 6,9% na comparação com o ano anterior. Na comparação trimestral, os custos e despesas operacionais foram de R\$ 72,9 milhões, com redução de 70,6% em relação ao 4T24. Desconsiderando a provisão para redução ao valor recuperável, o custo de construção, a provisão para manutenção e a depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$ 39,0 milhões, com aumento de 8,4% em relação ao período do ano anterior. As principais variações no trimestre foram: • Conservação: aumento de 26,0%, totalizando R\$ 13,8 milhões, impulsionado pela maior despesa em revestimento vegetal. • Outras despesas: aumento de 44,2%, atingindo R\$ 23,1 milhões em 2025, devido a baixa de receitas acessórias que, segundo o escritório da ANTT, receberam isenção de cobrança. • Provisão para Redução ao Valor Recuperável: Em 2025, houve reversão de provisão para redução ao valor recuperável (impairment) de R\$ 100,2 milhões versus constituição de provisão de R\$ 102,0 milhões no ano de 2024.

R\$ mil	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Lucro (Prejuízo) Líquido	152.513	(127.319)	(219,8%)	165.135	(130.545)	(226,5%)
(+) Depreciação e Amortização	76.786	72.860	5,4%	293.756	280.224	4,8%
(+) Resultado Financeiro	40.685	51.705	(21,3%)	177.257	187.505	(5,5%)
(+) IR e CSLL	(40.546)	25.578	(258,5%)	(35.823)	30.235	(218,5%)
EBITDA¹	229.438	22.824	905,2%	600.325	367.419	63,4%
Margem EBITDA²	130,0%	13,6%	116,4 p.p.	86,8%	56,7%	30,1 p.p.
(+) Prov. para manutenção de rodovias	8.311	6.990	18,9%	36.204	33.445	8,2%
(+) Prov. para redução ao valor recuperável	(100.242)	101.961	(198,3%)	(100.242)	101.961	(198,3%)
EBITDA Ajustado³	137.507	131.775	4,3%	536.287	502.825	6,7%
Margem EBITDA Ajustada²	77,9%	77,9%	(0,7 p.p.)	77,5%	77,5%	0,0 p.p.

1: EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias.

2: A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

3: Considera os ajustes relativos a reversões da provisão para manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01) bem como a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos. A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício

O EBITDA da Companhia em 2025 apresentou um valor de R\$ 600,3 milhões, aumento de 63,4%, e margem de 86,8%. O aumento anual é justificado, principalmente, pelo crescimento das receitas operacionais e pela reversão de provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*). No 4T25, o EBITDA foi de R\$ 229,4 milhões, apresentando um aumento absoluto de R\$ 206,6 milhões em relação ao 4T24. O EBITDA Ajustado, por sua vez, totalizou R\$ 536,3 milhões em 2025, com crescimento de 6,7% e margem ajustada de 77,5%. No 4T25, o EBITDA Ajustado alcançou R\$ 137,5 milhões, registrando uma variação positiva de 4,3%. O crescimento do EBITDA Ajustado reflete a combinação de maior eficiência operacional, incremento de receitas e controle de custos ao longo do ano.

Depreciação e Amortização

R\$ mil	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Depreciação e Amortização	76.786	72.860	5,4%	293.756	280.224	4,8%
A depreciação e amortização da Companhia somaram, no exercício de 2025, o valor de R\$ 293,8 milhões, aumento de 4,8% em relação ao exercício de 2024. No comparativo trimestral, o valor contabilizado foi de R\$ 76,8 milhões, com aumento percentual de 5,4% com relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento decorre, principalmente, do maior volume de investimentos realizados, o que ampliou a base de ativos amortizáveis do período.						

Resultado Financeiro

R\$ mil	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Resultado Financeiro	(40.685)	(51.705)	(21,3%)	(177.257)	(187.505)	(5,5%)
Receitas financeiras	4.542	2.932	54,9%	13.500	8.934	51,1%
Despesas financeiras	(45.225)	(54.637)	(17,2%)	(190.747)	(196.439)	(2,9%)
Variação cambial, liq.	(2)	—	—	(10)	—	—

O resultado financeiro foi de uma despesa financeira de R\$ 177,3 milhões no exercício de 2025, redução de 5,5% em relação ao mesmo período de 2024. Referente ao 4T25, o valor apresentado foi de uma despesa financeira de R\$ 40,7 milhões. O aumento é impulsionado pelo aumento de 51,1% nas Receitas Financeiras, impulsionado pelo aumento das aplicações financeiras e maior rentabilidade de caixa, do ano de 2025 comparado ao ano de 2024.

IR e CSLL

R\$ mil	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
IR e CSLL	40.546	(25.578)	(258,5%)	35.823	(30.235)	(218,5%)
Corrente	(3.323)	3.674	(190,4%)	(8.046)	(983)	718,5%
Diferido	43.869	(29.252)	(250,0%)	43.869	(29.252)	(250,0%)

A Companhia registrou receita de IR e CSLL de R\$ 40,5 milhões no 4T25, na comparação com despesa de R\$ 25,6 milhões no 4T24. No exercício de 2025, apurou-se receita de R\$ 35,8 milhões, em relação à despesa de R\$ 30,2 milhões em 2024. O movimento foi predominantemente explicado pelo imposto diferido: receita de R\$ 43,9 milhões no 4T25 (R\$ 43,9 milhões no ano), parcialmente compensada por despesa de imposto corrente de R\$ 3,3 milhões no trimestre (R\$ 8,0 milhões no ano). No 4T24 e em 2024, prevaleceu despesa de imposto diferido (R\$ 29,3 milhões), com receita de imposto corrente de R\$ 3,7 milhões no trimestre e despesa de R\$ 1,0 milhão no ano. Trata-se majoritariamente de efeitos contábeis (não caixa) associados à dinâmica de diferenças temporárias entre as bases contábil e fiscal.

Resultado Líquido

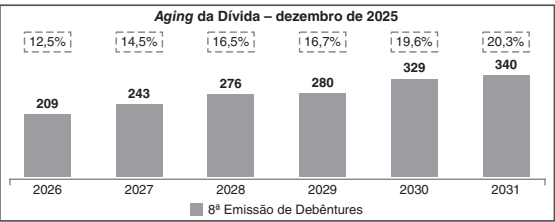
R\$ mil	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Resultado Líquido	152.513	(127.319)	(219,8%)	165.135	(130.545)	(226,5%)
A Companhia apurou lucro líquido de R\$ 165,1 milhões no exercício de 2025, em relação ao prejuízo de R\$ 130,5 milhões em 2024. No 4T25, o lucro líquido foi de R\$ 152,5 milhões, na comparação com o prejuízo de R\$ 127,3 milhões no 4T24. A virada do resultado decorre, principalmente, da reversão da perda por redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>) no 4T25, efeito contábil, não caixa e não recorrente. Em menor magnitude, contribuíram os fundamentos operacionais do período.						

Endividamento

R\$ mil	4T25	3T25	Δ%
Dívida Bruta	1.652.408	1.754.407	(5,8%)
Curto Prazo	202.666	215.975	(6,2%)
Longo Prazo	1.449.742	1.538.432	(5,8%)
Posição de Caixa	52.392	119.442	(56,1%)
Caixa e equivalentes de caixa	31.489	29.578	6,5%
Aplicações financeiras vinculadas ¹	20.903	89.864	(76,7%)
Dívida Líquida	1.600.016	1.634.965	(2,1%)

1: Curto e Longo Prazo

No 4T25, a dívida bruta da Régis Bittencourt totalizou R\$ 1.652,4 milhões, queda de 5,8% em relação ao valor registrado no 3T24, com redução dos valores no curto e longo prazo (-6,2% e -5,8% respectivamente). A posição de caixa teve reduziu 56,1%, principalmente pelo pagamento do serviço da dívida no período. A dívida líquida da Companhia finalizou o 4T25 em um montante de R\$ 1.600,0 milhões, uma redução de 2,1% em relação ao trimestre anterior.



No 4T25, 100% da dívida da Companhia estava atrelada à 8ª Emissão de Debêntures.

Investimentos Realizados

RS Mil	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Investimentos	55.394	49.951	10,9%	222.064	200.437	10,8%
No exercício de 2025, a Companhia investiu R\$ 222,1 milhões, com crescimento de 10,8% em relação ao ano de 2024. No 4T25, os investimentos totalizaram R\$ 55,4 milhões, com um aumento de 10,9% em comparação ao 4T24. O avanço reflete a intensificação das obras realizadas ao longo do período. A Concessionária realizou melhorias na rodovia no ano de 2025, como a conclusão da recuperação/estabilização de 4 pontos de sinistros localizados ao longo da rodovia BR-116/PR/SP, além de melhorias em viadutos da Serra do Cafezal na BR-116/SP.						

Previsão de Investimentos Futuros

R\$ Mil	2026 a 2033
Melhorias na Infraestrutura	1.717.616
Recuperações/Manutenções	272.567
Total	1.990.183

*Base Monetária: dezembro/2025

Considerações Finais

Relacionamento com Auditores Independentes: Em atendimento à determinação da Resolução CVM nº 162/22, a Companhia informa que, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, não contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia. **Declaração da Diretoria:** A Diretoria da Autopista Régis Bittencourt S.A. declara, nos termos da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da Deloitte Touche Tohmatsu Ltda.; e (ii) com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Registro, 27 de fevereiro de 2026.

Informações Adicionais Obrigatórias

Receita e Mercado: As tarifas de pedágio cobradas pela Autopista Régis Bittencourt são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. A partir da zero hora do dia 29 de dezembro de 2025, a tarifa de veículos de passeio passou de R\$4,10 para R\$4,30 e para as demais categorias, conforme demonstrado na tabela da seção Indicadores Operacionais – subitem (d) Aspectos Financeiros. Em 2025, o tráfego pedagiado totalizou 182,5 milhões de veículos equivalentes, este volume de veículos equivalentes foi 3,8% superior aos 175,8 milhões registrados em 2024. A receita operacional bruta da Companhia atingiu a marca de R\$ 940,9 milhões com as atividades de transporte rodoviário, representando um aumento de 6,6% sobre 2024, quando totalizou R\$ 882,6 milhões.

Investimentos: Durante o ano de 2025, foram investidos R\$ 222,1 milhões. Estes valores, quando adicionados aos R\$ 200,4 milhões realizados em 2024, perfazem o montante de R\$ 4.505,3 milhões realizados nos 18 primeiros anos de implementação do plano de investimentos da companhia no processo de recuperação, ampliação e modernização do sistema da rodovia.

Investimentos (em R\$ mil)	2025	2024	%
Ampliação da Rodovia	(110.789)	(112.920)	(01,9%)
Recuperação do Pavimento Asfáltico	(111.275)	(87.517)	27,1%
Total	(222.064)	(200.437)	10,8%

Captações de Recursos: Para viabilizar os investimentos e aquisições de ativos operacionais, a Concessionária captou um total de R\$ 2.676,8 milhões em recursos de empréstimos e financiamentos de diversas fontes, destacando-se as linhas de debêntures públicas, com o valor de R\$ 1.700,0 milhões.

Valor Adicionado: Em 2025, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Concessionária foi de R\$ 444,5 milhões, representando 47,0 % da Receita Operacional Bruta, representando um aumento com relação ao ano de 2024, em que o valor adicionado foi de R\$ 216,1 milhões representando 24,4% da Receita Operacional Bruta daquele exercício.

Política de Distribuição de Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente.

Nos anos em que há lucro apurado, os dividendos são deliberados em Assembleia Geral Ordinária realizada após a divulgação do resultado do exercício.

Planejamento Empresarial: O êxito que as Concessionárias vêm obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor transportes se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

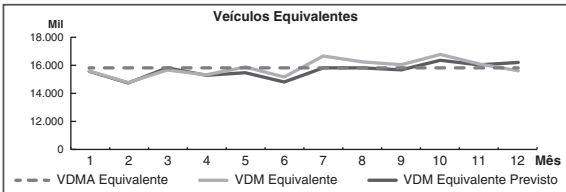
Gestão pela Qualidade Total: Em 2025, as atividades relacionadas com a gestão pela qualidade total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, qualidade de gestão e o gerenciamento da rotina em diferentes áreas das Unidades de Negócios.

Recursos Humanos: Em 2025, a Concessionária investiu R\$ 52 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, a fim de manter a Concessionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais.

Indicadores Operacionais

A) Caracterização do Tráfego

Volume: Na figura é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.



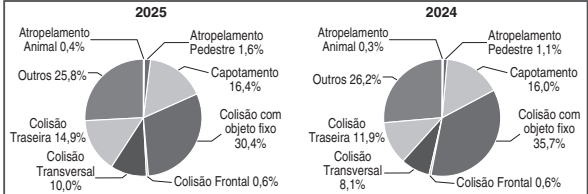
arteris

Régis Bittencourt

Autopista Régis Bittencourt S.A.

CNPJ/MF nº 09.336.431/0001-06

... continuação do Relatório da Administração



C) Dados de Operação da Concessão
Veículos Alocados: Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipo de veículo	Oficiais	Reservas	Total	Qtde/396,60 km
Viatura de Inspeção	11	1	12	0,03131
Guincho Leve	12	3	15	0,03914
Guincho Pesado	7	1	8	0,02087
Caminhão Pipa	6	1	7	0,01826
Caminhão Munk	1	–	1	0,00261
AC – Ambulância Stand	9	5	14	0,03653
AD – Ambulância UTI	5	2	7	0,01826
Moto de inspeção	2	–	2	0,00522
Total de veículos operacionais	53	13	66	0,17221
Administração	2	–	2	0,00522
Tráfego	–	–	–	–
Operação	7	–	7	0,01826
Arrecadação	–	–	–	–
Segurança de trabalho	4	–	4	0,01044
Manutenção Tecnológica	11	–	11	0,0287
Obras e Conserva*	37	–	37	0,09654
Caminhonete ANTT	3	–	3	0,00783
Total de veículos de apoio	64	–	64	0,16699
Total de veículos	117	13	130	0,3392

Funcionários Alocados: São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários Empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipo de pessoas	Quantidade	Qtde/10.000
TRÁFEGO		
ANALISTA DE TRÁFEGO JR	1	0,01%
ANALISTA DE TRÁFEGO PL	1	0,01%
ASSISTENTE DE OPERAÇÕES	1	0,01%
COORDENADOR DE OPERAÇÃO	2	0,01%
DIRETOR SUPERINTENDENTE	1	0,01%
INSPECTOR DE TRÁFEGO	48	0,26%
INSPECTOR DE TRÁFEGO MOTOCICLISTA	3	0,02%
OPERADOR DE BALANCA	31	0,17%
OPERADOR DE GUINCHO	47	0,26%
OPERADOR DE GUINCHO MUNK	4	0,02%
OPERADOR DE GUINCHO PESADO	35	0,19%
OPERADOR DE PIPA	24	0,13%
SUPERVISOR DE OPERACOES	5	0,03%
TOTAL TRÁFEGO	203	1,11%
ARRECADACÃO		
CONTROLADOR DE PEDAGIO	24	0,13%
OPERADOR DE PEDAGIO	166	0,91%
TOTAL ARRECADACÃO	190	1,04%
OPERAÇÃO		
ANALISTA DE CCA JR	2	0,01%
ANALISTA DE MANUTENCAO JR	2	0,01%
ANALISTA DE MANUTENCAO PL	1	0,01%
ANALISTA DE MANUTENCAO SR	1	0,01%
ASSISTENTE TECNICO I	1	0,01%
ASSISTENTE TECNICO II	2	0,01%
ASSISTENTE TECNICO III	4	0,02%
ASSISTENTE TECNICO IV	1	0,01%
COORDENADOR DE PAVIMENTO	1	0,01%
ENGENHEIRO II	1	0,01%
ENGENHEIRO III	1	0,01%
INSPECTOR DE FISCALIZACAO I	6	0,03%
INSPECTOR DE FISCALIZACAO II	8	0,04%
INSPECTOR DE FISCALIZACAO III	8	0,04%
INSPECTOR DE FISCALIZACAO IV	2	0,01%
SUPERVISOR DE MANUTENCAO	1	0,01%
TECNICO DE MANUTENCAO I	3	0,02%
TECNICO DE MANUTENCAO II	6	0,03%
TECNICO DE MANUTENCAO III	1	0,01%
TOTAL OPERAÇÃO	52	0,28%
DEMAIS ÁREAS		
ANALISTA ADMINISTRATIVO JR	3	0,02%
ANALISTA ADMINISTRATIVO PL	1	0,01%
ANALISTA DE CAMP. EDUC. E DE SEG. NO TRÂNSITO PL	1	0,01%
ANALISTA DE DESAPROPRIAÇÃO PL	1	0,01%
ANALISTA DE FACILITIES SR	1	0,01%
ANALISTA DE MEIO AMBIENTE PL	1	0,01%
ANALISTA DE PLANEJAMENTO PL	1	0,01%
ANALISTA DE PLANEJAMENTO SR	1	0,01%
ANALISTA DE PROJETOS JR	1	0,01%
ANALISTA DE PROJETOS SR	1	0,01%
ANALISTA DE QUALIDADE PL	1	0,01%
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1	0,01%
AUXILIAR DE TOPOGRAFIA II	2	0,01%
COMPRADOR DE DIRETOS SR	1	0,01%
COORDENADOR DE DESAPROPRIAÇÃO	1	0,01%
COORDENADOR DE IMPLANTAÇÃO E CONSERVA	2	0,01%
COORDENADOR DE PLANEJAMENTO	1	0,01%
COORDENADOR DE PROJETOS	1	0,01%
ENGENHEIRO DE SEGURANCA DO TRABALHO JR	1	0,01%
ENGENHEIRO I	1	0,01%
ENGENHEIRO II	4	0,02%
ENGENHEIRO III	2	0,01%
GERENTE DE COMPRAS DIRETAS	1	0,01%
GERENTE DE LICENHARIA	1	0,01%
GERENTE DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	1	0,01%
GERENTE DE OBRAS	1	0,01%
GERENTE DE PLANEJAMENTO FISICO	1	0,01%
INSPECTOR DE FAIXA DE DOMINIO JR	1	0,01%
MEDICO DO TRABALHO	1	0,01%
PROJETISTA	1	0,01%
SUPERINTENDENTE DE OBRAS	1	0,01%
TECNICO DE SEGURANCA DO TRABALHO PL	2	0,01%
TECNICO DE SEGURANCA DO TRABALHO SR	1	0,01%
TOPOGRAFO	2	0,01%
TOTAL DEMAIS ÁREAS	44	0,24%
TOTAL GERAL	489	2,68%

D) Dados de Operação da Concessão: O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere à renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

Receita (Em R\$ mil)	Em 2025	Acumulada
	940.934	10.836.925

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base,

Tarifa: A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Praça de Pedágio	Cobrança	CAT 1	CAT 2	CAT 3	CAT 4	CAT 5	CAT 6	CAT 7	CAT 8	CAT 9
P1 – São Lourenço da Serra-SP	Bidirecional	4,30	8,60	6,45	12,90	8,60	17,20	21,50	25,80	2,15
P2 – Miracatu-SP	Bidirecional	4,30	8,60	6,45	12,90	8,60	17,20	21,50	25,80	2,15
P3 – Juquiá-SP	Bidirecional	4,30	8,60	6,45	12,90	8,60	17,20	21,50	25,80	2,15
P4 – Cajati-SP	Bidirecional	4,30	8,60	6,45	12,90	8,60	17,20	21,50	25,80	2,15
P5 – Barra do Turvo – P5	Bidirecional	4,30	8,60	6,45	12,90	8,60	17,20	21,50	25,80	2,15
P6 – Campina Grande do Sul-PR	Bidirecional	4,30	8,60	6,45	12,90	8,60	17,20	21,50	25,80	2,15

Concessionária em Números	
Dados anuais e por empresa	KM
Quilômetros de rodovia	383,25
Número de veículos que transitaram	Nº %
CAT-01	26.113.880 44,0%
CAT-02	3.203.025 5,4%
CAT-03	217.287 0,4%
CAT-04	5.655.150 9,5%
CAT-05	86.655 0,1%
CAT-06	4.717.369 8,0%
CAT-07	4.429.837 7,5%

Praça de Pedágio	Cobrança	CAT 1	CAT 2	CAT 3	CAT 4	CAT 5	CAT 6	CAT 7	CAT 8	CAT 9
P1 – São Lourenço da Serra-SP	Bidirecional	4,30	8,60	6,45	12,90	8,60	17,20	21,50	25,80	2,15
P2 – Miracatu-SP	Bidirecional	4,30	8,60	6,45	12,90	8,60	17,20	21,50	25,80	2,15
P3 – Juquiá-SP	Bidirecional	4,30	8,60	6,45	12,90	8,60	17,20	21,50	25,80	2,15
P4 – Cajati-SP	Bidirecional	4,30	8,60	6,45	12,90	8,60	17,20	21,50	25,80	2,15
P5 – Barra do Turvo – P5	Bidirecional	4,30	8,60	6,45	12,90	8,60	17,20	21,50	25,80	2,15
P6 – Campina Grande do Sul-PR	Bidirecional	4,30	8,60	6,45	12,90	8,60	17,20	21,50	25,80	2,15

Rodovia	Marcos km	Extensão linear	Km de pista proporcional
BR 116/SP	SP km 275,45 ao km 569,10	293,65	587,3
BR 116/PR	PR km 0,00 ao km 71,10	71,1	142,2
BR 116/PR/ANC	PR km 0,00 ao km 18,50	18,5	37
Total		383,25	766,5

Rodovia	Nível A	Nível B	Nível C	Nível D	Nível E	Nível F
BR 116/SP	0,5%	36,5%	40,4%	16,7%	1,7%	4,1%
BR 116/PR	–	27,8%	51,0%	21,2%	0,0%	0,0%
BR 116/PR/ANC	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Mês	Média diária	%
Jan	481.786	8,03%
Fev	497.360	8,29%
Mar	484.515	8,08%
Abr	486.610	8,11%
Mai	492.657	8,21%
Jun	480.517	8,01%
Jul	523.564	8,73%
Ago	507.322	8,46%
Set	515.770	8,60%
Out	527.983	8,80%
Nov	517.860	8,63%
Dez	482.496	8,04%
Total	5.998.438	100,00%
Trânsito Médio Diário Anual Equivalente	499.870	
Áreas	517	
Administrativo	31	
Jurídico	–	
Comunicação	–	
Meio Ambiente	2	
Centro de Controle Operacional	–	
Arrecadação	205	
Conservação (engenharia)	3	
Pavimentação (engenharia)	17	
Obras (engenharia)	33	
Projetos (engenharia)	9	

Balanco Social	2025	2024
Balanco Social		
1 – Base de cálculo	Valor	% FPB
Faturamento Bruto	940.934	882.624
Receita líquida (RL)	874.917	821.124
Resultado operacional (RO)	129.312	(100.310)
Folha de pagamento bruta (FPB)	23.627	25.295
Folha de pagamento bruta – total remunerações	23.627	25.295
Folha de pagamento bruta – total pago a empresas prestadoras de serviços	N/A	N/A
2 – Indicadores sociais internos		
Alimentação	5.114	21,6%
Encargos Sociais	11.415	48,3%
Previdência privada	241	1,0%
Saúde	5.128	21,7%
Segurança e Saúde no trabalho	292	1,2%
Educação	15	0,1%
Cultura	–	0,0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	179	0,8%
Creches ou auxílio creche	283	1,2%
Participação nos lucros ou resultados	3.722	15,8%
Outros	361	1,5%
Total – Indicadores sociais internos	26.750	113,2%
3 – Indicadores sociais externos		
Educação	59	0,3%
Cultura	–	0,0%
Saúde e saneamento	–	0,0%
Esporte	–	0,0%
Combate à fome e segurança alimentar	–	0,0%
Outros (COVID – SAÚDE)	5	0,0%
Total de contribuições à sociedade	64	0,3%
Tributos (Exceto encargos sociais)	65.117	275,6%
Total – Indicadores sociais externos	65.181	275,9%
4 – Indicadores ambientais		
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:	1.013	4,3%
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	2.059	8,7%
Total de investimentos em meio ambiente	3.072	13,0%

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:

assim como os valores acumulados desde o início da concessão. Os valores estão expressos a preços da data de apresentação da proposta de tarifas.

Investimentos (Em R\$ mil)	Em 2025	Acumulada
Investimentos	222.064	4.505.262
Custos Operacionais (Em R\$ mil)		
Custos Operacionais	632.570	8.300.064
ISS Repassados (Em R\$ mil)		
ISS	37.416	320.546

Número de veículos que transitaram	Nº	%
CAT-08	13.846.402	23,4%
CAT-09	1.022.302	1,7%
TOTAL	59.291.907	100,0%
Número de praças de pedágios	Nome das praças de Pedágio	
P1	São Lourenço da Serra-SP	
P2	Miracatu-SP	
P3	Juquiá-SP	
P4	Cajati-SP	
P5	Barra do Turvo-SP	
P6	Campina Grande do Sul-PR	

Praça de Pedágio	Cobrança	CAT 1	CAT 2	CAT 3	CAT 4	CAT 5	CAT 6	CAT 7	CAT 8	CAT 9
P1 – São Lourenço da Serra-SP	Bidirecional	4,30	8,60	6,45	12,90	8,60	17,20	21,50	25,80	2,15
P2 – Miracatu-SP	Bidirecional	4,30	8,60	6,45	12,90	8,60	17,20	21,50	25,80	2,15
P3 – Juquiá-SP	Bidirecional	4,30	8,60	6,45	12,90	8,60	17,20	21,50	25,80	2,15
P4 – Cajati-SP	Bidirecional	4,30	8,60	6,45	12,90	8,60	17,20	21,50	25,80	2,15
P5 – Barra do Turvo – P5	Bidirecional	4,30	8,60	6,45	12,90	8,60	17,20	21,50	25,80	2,15
P6 – Campina Grande do Sul-PR	Bidirecional	4,30	8,60	6,45	12,90	8,60	17,20	21,50	25,80	2,15

Manutenção Tecnológica (rodovia)	15
Faixa de Domínio	1
Segurança do Trabalho	5
Tráfego	196

BR-116/PR – Parâmetro	Atendem %	Não Atendem %
Percentual de Área Trincada – TR	100,00%	0,00%
Irregularidade Longitudinal	100,00%	0,00%
BR-116/SP- Parâmetro	Atendem %	Não Atendem %
Percentual de Área Trincada – TR	100,00%	0,00%
Irregularidade Longitudinal	99,38%	0,62%

Receita de pedágio	2025	Acumulada
Total	748.314	10.463.598

Custos associados às receitas de pedágio	515.643
---	----------------

Fator Trabalho	2025	2024
Número de Trabalhadores	517	516
Despesa de Pessoal	50.215	48.484

Fator Capital	2025	2024
Despesas de Depreciação	Método linear	
Ativo Líquido	31.489	25.136
Ativo Bruto	2.478.086	2.477.398
Série Histórica dos Investimentos	4.505.262	4.283.197
Custo de Oportunidade do Capital	Conforme variáveis de mercado	

Fatores Intermediários	2025	2024
Despesas em Administração	16.664	7.498
Despesas em Manutenção	2.471	2.359
Outras Despesas	–	–

Tipos de Acidentes	2025	2024
Com danos materiais	4.435	4.842
Com vítimas feridas	1.640	1.623
Com vítimas fatais	75	75

Indicadores	2025	2024
Receita por KM	1.953	2.225
Custo por KM	1.345	1.020

Balanco Social	2025	2024
Balanco Social		
1 – Base de cálculo	Valor	% FPB
Faturamento Bruto	940.934	882.624
Receita líquida (RL)	874.917	821.124
Resultado operacional (RO)	129.312	(100.310)

arteris

Régis Bittencourt

Autopista Régis Bittencourt S.A.

CNPJ/MF nº 09.336.431/0001-06

... continuação do Relatório da Administração

5 – Indicadores do corpo funcional			
N º de colaboradores ao final do período	517	516	
Tempo de serviço até seis meses	11%	10%	até seis meses
Tempo de serviço de seis meses a um ano	9%	11%	de seis meses a um ano
Tempo de serviço entre um e dois anos	16%	11%	entre um e dois anos
Tempo de serviço entre dois e cinco anos	23%	33%	entre dois e cinco anos
Tempo de serviço mais de cinco anos	40%	32%	mais de cinco anos
Nº de admissões durante o período	105	122	
Nº de demissões durante o período	135	113	
Nº de colaboradores terceirizados	821	618	
N º de estagiários (as)	–	–	
Nº de colaboradores com até 18 anos	13	14	
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	73	92	
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	311	305	
Nº de colaboradores acima de 45 anos	120	105	
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	238	238	
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0,0%	0,0%	
Remuneração paga a mulheres no período	7.221	5.536	
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	19	15	
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0%	0%	
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	–	–	
Total de horas extras trabalhadas (quantidade horas)	26.753	29.078	
Total de horas extras pagas (valor)	693	738	
Total de INSS pagos	4.766	4.696	
Total de FGTS pago	1.636	1.421	
Total de Contribuição Sindical paga	–	–	
Totals dos demais encargos sociais pagos	–	–	
Total de IRRF recolhido no período	824	660	
Total de ICMS recolhidos no período	–	–	
Total de IRPJ recolhido no período	3.302	2.269	
Total de CSLL recolhido do período	2.100	1.269	
Total de PIS recolhidos no período	4.934	4.375	
Total de COFINS recolhidos no período	21.322	20.194	
Total de outros tributos recolhidos no período	37.065	35.691	

6 – Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial			
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	27	29	
Número total de acidentes de trabalho	2	–	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	() direção	
	(X) direção e gerenciais	(X) direção e gerenciais	
	() todos os colaboradores	() todos os colaboradores	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	() direção e gerenciais	() direção e gerenciais	
	() todos os colaboradores	() todos os colaboradores	
	(X) todos + CIPA	(X) todos + CIPA	
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos oclaboradores, a Concessionária:	() não se envolve	() não se envolve	
	(X) segue as normas da OIT	(X) segue as normas da OIT	
	() incentiva as normas da OIT	() incentiva as normas da OIT	
A previdência privada contempla:	() direção	() direção	
	() direção e gerenciais	() direção e gerenciais	
	(X) todos os colaboradores	(X) todos os colaboradores	
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() não se aplica	() não se aplica	
	() direção	() direção	
	() direção e gerenciais	() direção e gerenciais	
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	(X) todos os colaboradores	(X) todos os colaboradores	
	() não são considerados	() não são considerados	
	() são sugeridos	() são sugeridos	
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	() são exigidos parcialmente	() são exigidos parcialmente	
	(X) são exigidos	(X) são exigidos	
	() não se envolve	() não se envolve	
% de reclamações e críticas solucionadas:	() apóia	() apóia	
	(X) organiza e incentiva	(X) organiza e incentiva	
	25% no PROCON	10% no PROCON	
Valor adicionado total a distribuir	11% na Justiça	6% na Justiça	
	444.514	216.146	
	7% Governo	43% Governo	
Distribuição do Valor Adicionado – Acionistas	37%	-60%	Acionistas
Distribuição do Valor Adicionado – Colaboradores	13%	25%	Colaboradores
Distribuição do Valor Adicionado – Terceiros	43%	93%	Terceiros
Distribuição do Valor Adicionado – Retidos	0%	0%	Retidos

Balanco Patrimonial Levantado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais – R\$)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.058	25.136
Aplicações financeiras	5	21.431	5.911
Contas a receber	6	39.808	39.592
Contas a receber – partes relacionadas	15	306	–
Despesas antecipadas		4.480	3.146
Impostos a recuperar		970	999
Antecipação de IR e CS sobre lucros		–	3.674
Aplicações financeiras vinculadas	8	20.903	19.303
Outros créditos		843	134
Total do ativo circulante		98.799	97.895
Não Circulante			
Despesas antecipadas		2.558	2.964
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	170.304	126.435
Depósitos judiciais	17	239	232
Outras contas a receber	6	36	1.315
Total do ativo realizável a longo prazo		173.137	130.946
Direito de uso	9	14.425	21.568
Imobilizado	10	1.898	2.354
Intangível	11	2.161.398	2.156.417
Infraestrutura em construção	11	28.429	19.109
Total do ativo não circulante		2.379.287	2.330.394
Total do Ativo		2.478.086	2.428.289

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais – R\$)

	Subscrito	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
		A integralizar		
		(2.000)		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	978.785	976.785	(340.122)	636.663
Prejuízo do exercício	–	–	(130.545)	(130.545)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	978.785	(2.000)	(470.667)	506.118
Lucro líquido do exercício	–	–	165.135	165.135
Saldos em 31 de dezembro de 2025	978.785	(2.000)	(305.532)	671.253

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Método Indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais – R\$)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		165.135	(130.545)
Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações		293.756	280.224
Provisão para perdas esperadas	6 e 20	(725)	1.453
(Reversão) provisão para redução ao valor recuperável	11	(100.242)	101.961
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	(43.869)	29.252
Receita com aplicações financeiras vinculadas		(10.033)	(5.876)
Juros e variações monetárias de debêntures		174.783	179.996
Despesa financeira dos ajustes a valor presente	21	6.774	7.020
Provisão (reversão) para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	17	8.103	(1.223)
Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	17	67	205
Constituição de provisão para manutenção	17	36.204	33.445
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber		1.788	2.119
Contas a receber – partes relacionadas		(306)	205
Despesas antecipadas		(928)	(168)
Impostos a recuperar		9.719	710
Outros créditos		(709)	50
Depósitos judiciais		(7)	24
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		(25.416)	5.574
Fornecedores – partes relacionadas		4.860	1.039
Cauções contratuais de fornecedores		1.708	1.604
Obrigações sociais		1.672	(236)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais – R\$, exceto o lucro (prejuízo) do exercício por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Receita Operacional Líquida	19	874.917	821.124
Custo dos Serviços Prestados	20	(632.570)	(602.859)
Lucro Bruto		242.347	218.265
(Despesas) Receitas Operacionais			
Gerais e administrativas	20	(40.874)	(29.111)
Provisão para perdas esperadas	20	725	(1.453)
Reversão (provisão) para redução ao valor recuperável	11	100.242	(101.961)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		4.129	1.455
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		64.222	(131.070)
Resultado Financeiro		306.569	87.195
Receitas financeiras	21	13.500	8.934
Despesas financeiras	21	(190.747)	(196.439)
Variação cambial, líquida		(10)	–
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(177.257)	(187.505)
Imposto de Renda e Contribuição Social		129.312	(100.310)
Correntes	7	(8.046)	(983)
Diferidos	7	43.869	(29.252)
Lucro (Prejuízo) do Exercício		165.135	(130.545)
Lucro (Prejuízo) por Ação Básico e Diluído – R\$	23	0,2208	(0,1746)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais – R\$)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (Prejuízo) do Exercício	165.135	(130.545)
Outros Resultados Abrangentes	–	–
Resultado Abrangente do Exercício	165.135	(130.545)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais – R\$)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Receitas			
Receita de serviços prestados	19	748.314	701.917
Receita de serviços de construção	19	182.944	172.643
Outras receitas		13.803	9.519
Juros capitalizados	21	2.955	4.319
Insumos Adquiridos de Terceiros		948.016	888.398
Custo dos serviços prestados		(39.631)	(39.048)
Custo dos serviços de construção	20	(182.944)	(172.643)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(23.147)	(22.897)
Reversão (provisão) para redução ao valor recuperável	11	100.242	(101.961)
Custo da concessão		(28.920)	(27.057)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	20	(36.204)	(33.445)
Outros		(12.632)	(3.911)
Valor Adicionado Bruto		(223.236)	(400.962)
Depreciações e Amortizações		724.780	487.436
Valor Adicionado Líquido Produzido		(293.756)	(280.224)
Valor Adicionado Recebido em Transferência		431.024	207.212
Receitas financeiras	21	13.500	8.934
Outros		(10)	–
Valor Adicionado Total a Distribuir		13.490	8.934
Distribuição do Valor Adicionado		444.514	216.146
Pessoal e encargos:			
Remuneração direta		41.654	41.484
Benefícios		11.144	10.221
FGTS		2.948	2.576
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais (incluindo IOF)		(7.073)	57.147
Estaduais		20	2
Municipais		37.512	35.158
Remuneração de capitais de terceiros:			
Juros		174.783	179.996
Juros capitalizados debêntures		2.955	4.319
Aluguéis		523	253
Outras		14.913	15.535
Integralização de capital		–	–
Lucro (prejuízo) do exercício		165.135	(130.545)
Lucro (prejuízo) do exercício		444.514	216.146

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Arteris

Régis Bittencourt

Autopista Régis Bittencourt S.A.

CNPJ/MF nº 09.336.431/0001-06

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional – A Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Sociedade” ou “Régis Bittencourt”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), domiciliada no município de Registro, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia SP 139, 226. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e *holding* é a Arteris S.A. A Autopista Régis Bittencourt S.A. tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116-SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, prece-dida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia. A Arteris S.A. (“Controladora”) é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos (i) a *holding* não financeira espanhola Participes em Brasil, (ii) a Brookfield Aylesbury LLC e (iii) a *holding* brasileira PDC Participações S.A. Os acio-nistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Mundys S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios – ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG. **2. Concessão** – A Sociedade está em plena operação desde 18 de maio de 2009, quando do início da operação da sua última praça de pedágio na BR-116/km 542-SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 30,5 km de duplicação de rodovia. • 30 km de terceira faixa. • 55 km de vias laterais. • 26,4 km de variantes/ contornos. • Construção de 51 passarelas. • Construção de 6 praças de pedágio. • Construção de 9 Bases de Serviços Operacionais – BSO’s. • Implantação e/ou reforma de postos de paisagem. • Recuperação de toda a extensão da rodovia. Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajus-tadas anualmente no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos apresentados nas revisões ordinárias e divulgados em nota técnica pelo poder concedente, aplicando o reajuste a partir da publicação em Diário Oficial da União. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vincu-lados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Sociedade ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão. Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedá-gio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável. Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são: (a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$8.436. A partir de 31 de dezembro de 2025 e até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$60.458 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio. (b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia – PER. (c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concer-nentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão. (d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão. (e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos. (f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão. (g) O Estatuto Social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capi-tal aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em 29 de março de 2010. (h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações contábeis para a ANTT e publicá-las. A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$1.717.616 (R\$1.743.788 em 31 de dezembro de 2024) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$272.567 (R\$296.491 em 31 de dezembro de 2024) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados. As estimativas de investimentos foram registradas com base em laudo elaborado por peritos independentes e foram segregadas conforme descrito no subitem “Momento de reconhecimento do ativo intangível” da nota explicativa nº 3. Em 15 de fevereiro de 2024 a Régis Bittencourt celebrou o 4º aditivo de contrato de concessão cujo objeto foi a exclusão do trecho rodoviário compreendi-do entre o Km 268+900 e o Km 275+450 da BR-116/SP, do Programa de Explora-ção da Rodovia – PER do Contrato de Concessão relativo ao Edital nº 001/2007. Com essa alteração o trecho administrado pela controlada passou de 401,6 Kms para 395,05 Kms. A recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato se dará por meio de Revisão Extraordinária de Tarifa de Pedágio a ser realizada após a conclusão da apuração dos impactos econômico-financeiros da exclusão dos serviços de conservação, monitoramento e operação. A exclusão se deu por iniciativa do Poder Concedente em atendimento ao pedido formulado pelo município de Taubaté da Serra-SP para municipalização da administração do trecho em questão. **Teste de recuperabilidade de ativos (Impairment):** A Sociedade testa anualmente seus ativos para *impairment* ou quando há indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperável. O teste realizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 apontou a necessidade de reversão das provisões para desvalorização de ativos registra-das. Essa reversão se deve principalmente pela melhora na estimativa das receitas ocasionadas por reequilíbrios contratuais. O montante revertido (efeito não caixa) foi de R\$100.242 líquido da amortização acumulada até 30 de novembro de 2025. Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade registrou uma provisão para redução ao valor recuperável no valor de R\$101.961, conforme nota explicativa nº 11. **Termos de Ajuste de Conduta – TAC com ANTT:** No dia 27 de dezembro de 2024 foi celebrado Termo de Ajuste de Conduta na Modalidade Multas – TAC Multas entre a Sociedade e ANTT tendo por objetivo a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento de penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgado na esfera administrativa, mediante conversão em obrigação de investimento, nos termos do § 3º do art. 1º da Resolução nº 5.823, de 2018. O valor de referência do TAC Multas é de R\$373.202, que corresponde ao somatório das multas previstas no âmbito dos processos administrativos, considerados os descontos concedidos. Dentre os investimentos a serem realizados, destacam-se a realização de ruas laterais, implanta-ção de passarelas, pontos de ônibus, ponto de parada para descanso, correção de traçados, entre outras obras que irão contribuir na melhora e fluidez do tráfego, além de trazer mais conforto e segurança para os usuários da rodovia. Além disso, estudos apontam para melhora da fluidez do trânsito e consequente melhora no tráfego. Com base nessas estimativas a Sociedade realizou o estudo das provisões de riscos regulatórios que compõem o TAC. A medida que as obras forem executadas, será constituído ativo intangível ao qual será amortizado pelo prazo de concessão refletindo melhor a fruição dos benefícios gerados pelas obras do TAC. A extinção do TAC Multas não exime a Sociedade de executar as obrigações inadimplidas que tenham sido iniciadas até a respectiva data de assinatura. **Repactuação:** A Portaria nº 848 de 25 de agosto de 2023 do Ministério dos Transportes estabeleceu a política pública e os procedimentos relativos à readaptação e otimização dos contratos de concessão, no que se refere à exploração da infraestrutura de transporte rodoviário federal. A

Sociedade mantém negociações junto aos órgãos governamentais de modo a viabi-lizar a otimização do contrato de concessão da Sociedade. Em 29 de dezembro de 2023, a Sociedade protocolou pedido de otimização junto à ANTT, ao qual foi aceito e seguem os trâmites previstos. Em 31 de dezembro de 2025, não há nenhum andamento no processo que indique a necessidade de ajustes materiais nas demons-trações contábeis. No período de 1 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025, não ocorreram mudanças em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **3. Apresentação das Demonstrações Contábeis – Base de preparação:** As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), observando os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). A elaboração segue, também, as disposições da Lei das Sociedades por Ações e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2026. **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Real – (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos contábeis apresentados foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações contábeis, a Sociedade utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: **(i) Julgamentos: Contabilização do contrato de concessão:** Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação do contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão. **Momento de reconhecimento do ativo intangível:** A Administração da Sociedade avalia o momento de reconheci-mento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando os investimentos em dois grupos: (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura. (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: são estimados considerando a totalidade dos contratos de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 17. **Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão:** A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente, prospectivamente e com base no prazo remanescente da concessão. **(ii) Estimativas: Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão:** A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras. **Provisão para riscos cíveis, trabalhis-tas, fiscais e regulatórios:** A Sociedade reconhece provisão para demandas judiciais cíveis, trabalhistas, fiscais, regulatórios e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as juris-prudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 17. **Imposto diferido:** O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 7. **Redução ao valor recuperável (Impairment): Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um valor novo do ativo é determi-nado. A Sociedade determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que refletem os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que refleta as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Com base no IAS 36 (CPC 01 (R11)), na metodologia do “Valor justo líquido de despesa de venda - *income approach*”, é permitido que a Administração considere a premissa de repactuação no seu fluxo, todavia o fato de a repactuação depender de um processo competitivo/ licitatório o qual não está 100% sobre o controle da Administração, é esperado que esta incerteza também seja refletida na determinação de valor justo desta concessão. **4. Políticas Contábeis Materiais** – As políticas contábeis materiais descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário. **4.1 Contratos de concessão de serviços:** A natureza do contrato de concessão da Sociedade está descrita na nota explicativa nº 2. **4.1.1 Receitas:** A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Sociedade que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos. A receita de operações ou serviços (cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão) é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Sociedade. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de desempenho, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente. **4.1.2 Ativos intangíveis:** A Sociedade, quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ele tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a

Sociedade poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. **4.2 Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data das transações. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data de fechamento. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pelo câmbio na data da transação. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. **4.3 Instrumentos financeiros: 4.3.1 Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconheci-dos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão são acrescidos no valor do instrumento. Um cont.a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. **4.3.2 Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: **(a) Custo amortizado:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhe-ci-mento é reconhecido no resultado. **(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado:** Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas:**

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amori-zado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhe-ci-mento também é reconhecido no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **4.4 Arrendamento mercantil:** No início de um contrato, a Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transfe-rir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **Passivos financeiros – classificação como circulante e não circulante:** A Sociedade avalia quais passivos podem ser classificados como não circulantes se a houver um direito substantivo de adiar sua liquidação por pelo menos 12 meses após a data do balanço. Esse direito deve ser válido e claramente definido nos termos contratuais ou legais existentes ao final de cada exercício. Se o passivo financeiro estiver sujeito a cláusulas restritivas, a sociedade avalia se está em conformidade com essas cláusulas restritivas ao final de cada exercício. **Mensuração e reconhe-ci-mento dos contratos na arrendatária:** Na data de início do arrendamento, a Socie-dade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. A Sociedade amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento. Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade. A Sociedade determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamen-tos fixos na essência. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Sociedade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo:** A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento. **4.5 Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido das despesas de depreciações acu-muladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Depreciação: A deprecia-ção é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 10, limi-tadas, quando aplicável, ao prazo de concessão. A depreciação é reconhecida no resultado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **4.6 Outros ativos intangíveis: Reconhecimento e mensuração:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Sociedade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/03/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



arteris

Régis Bittencourt

Autopista Régis Bittencourt S.A.

CNPJ/MF nº 09.336.431/0001-06

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente, direito de outorga e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados, as taxas de amortização estão divulgadas na nota explicativa nº 11. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **4.7 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida:** No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos é agrupado em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC. Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes* – EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles. Se o montante recuperável da UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. **4.8 Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos. **4.9 Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável que excede R\$240 por ano para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **Impostos correntes:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Sociedade. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas a quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação período projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT). Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflète a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **4.10 Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **Provisão para investimentos:** Representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa média de 6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa. **Provisão para manutenção:** Representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 7,23% a.a. em 31 de dezembro de 2025 (7,61% a.a. em 31 de dezembro de 2024). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco. **Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios:** A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as

decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais. **4.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **4.12 Receitas e despesas financeiras:** Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. **4.13 Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis. A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e a efetivação da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **4.14 Caixa e equivalente de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **4.15 Aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas:** As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a investimentos ou outros fins, sendo estes títulos lastreados em NTN-B, NTN-Over e LFT-Over, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa. As aplicações financeiras vinculadas possuem tal característica devido ao cumprimento de obrigações contratuais exigíveis contemplando as modalidades de debêntures. No que se trata de mensuração, ambas são registradas pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **4.16 Debêntures:** As debêntures são mensuradas ao valor justo através do resultado, representando de forma fidedigna os montantes que seriam pagos em caso de aquisição na data do exercício findo. **4.17 Capital Social:** O capital social é representado por ações ordinárias, as quais, são classificadas em rubricas do patrimônio líquido seguindo as diretrizes exigidas pelos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC. **4.18 Partes relacionadas, dividendos e juros sobre o capital próprio:** As transações com partes relacionadas abrangem movimentações referentes à juros sobre mútuo entre as partes, despesas administrativas e financeiras com encargos sobre debêntures privadas quando do capital de giro utilizado para fins de execução do plano de investimentos da Sociedade. A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade. Os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que, têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis, conforme divulgado na nota explicativa nº 18. **4.19 Contas a receber:** As contas a receber de clientes são reconhecidas na mensuração inicial a valor justo e posteriormente pelo seu custo amortizado, menos a estimativa de provisão para perdas esperadas. O ajuste a valor presente para efeito de determinação do montante de juros a apropriar com base no método da taxa de juros efetivos, não foi aplicado pela não relevância do impacto nas demonstrações contábeis. A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é feita com base em uma análise de todas as quantias a receber existentes na data do balanço patrimonial. Uma provisão para perdas esperadas é registrada quando há evidência objetiva de que a Sociedade não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Registra-se a provisão para perdas esperadas no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis. A estimativa de perda é reconhecida na demonstração do resultado, assim como suas reversões. **4.20 Contas a pagar:** O contas a pagar é reconhecido, inicialmente, pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. O ajuste a valor presente para efeito de determinação da taxa de juros efetivos não é aplicado nestas obrigações classificadas no curto prazo dada a não relevância do impacto nas demonstrações contábeis. **4.21 Reforma Tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabeleça a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços – IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) no 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP no 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar no 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP no 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC no 214/2025. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. Com base nas análises realizadas até a data de encerramento destas demonstrações financeiras, não foram identificados efeitos relevantes nas operações, na posição financeira ou no desempenho econômico da Companhia e de suas controladas. Dessa forma, não houve necessidade de reconhecimento ou ajuste nos valores contábeis dos ativos e passivos, tampouco impactos nas estimativas e julgamentos contábeis adotados pela Administração na elaboração das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025. A Companhia continuará monitorando a evolução do tema e eventuais mudanças no ambiente regulatório e comercial que possam impactar suas operações. **4.22. Adoção das CPCs/IFRSs novas e revisadas: 4.22.1 CPCs/IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício corrente:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025: • Alterações ao IAS 21/ CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia

não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. **4.22.2 CPCs/IFRSs novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 – "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 – "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras. As alterações: (a) esclarecem a data de reconhecimento e desconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente; (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. • Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza: em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedge accounting* previstos no IFRS 9 – "Instrumentos Financeiros", bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 – "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como *contracts referencing nature-dependent electricity*. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza. As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de *own use*, (ii) condições a serem consideradas para aplicação de *hedge accounting* (*cash flow hedge*) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício. As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais. • IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 – "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado. Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Companhia desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial. A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1. • No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18. **IFRS 19 – Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas:** Divulgações e alterações: Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. • Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) – Volume 11: As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*). As alterações referem-se às seguintes normas: IFRS 1 – "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro"; IFRS 7 – "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7"; IFRS 9 – "Instrumentos Financeiros"; IFRS 10 – "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e IAS 7 – "Demonstração dos Fluxos de Caixa". Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. • Alterações ao IAS 21 – Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária: Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se: • Sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou • Estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária. As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao *feedback* de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária. Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 – "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras": Essas alterações incluem exemplos que ilustram para uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras. Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



arteris

Régis Bittencourt

Autopista Régis Bittencourt S.A.

CNPJ/MF nº 09.336.431/0001-06

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) às quais estão relacionados. Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras a Companhia. Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

5. Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras – Estão representados por:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	2.891	2.569
Caixa e contas bancárias	7.167	22.567
Aplicações financeiras (a)	–	–
Total	10.058	25.136
Aplicações financeiras	31/12/2025	31/12/2024
Fundos de investimentos (b)	21.431	5.911
Total	21.431	5.911

(a) Os recursos aplicados em fundos de investimentos CDB e LFT possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e apresentam remuneração equivalente, em média, a 101,13% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (99,74% a.a. em 31 de dezembro de 2024). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender às necessidades de liquidez da Sociedade. (b) As aplicações financeiras em fundos de investimentos correspondem a títulos lastreados em operações compromissada, LF, LTN-Over, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa. Esses instrumentos, são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

6. Contas a Receber e Outras Contas a Receber – Estão representadas por:

	31/12/2025	31/12/2024
Não Circulante	Não Circulante	Não Circulante
Pedágio eletrônico a receber	37.481	36.457
Cupons de pedágio a receber (a)	–	664
Cartões de pedágio a receber (b)	388	69
Receitas acessórias a receber (c)	2.100	3.288
Outras receitas a receber	1	1
Provisão para perdas esperadas (d)	(162)	(887)
Total	39.808	39.592

(a) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cupons vale-pedágio. A partir de fevereiro de 2025, os cupons físicos de vale-pedágio foram descontinuados. O vale-pedágio que os transportadores têm direito por lei, passaram a ser disponibilizados por meio de Tags, de modo a permitir a passagem pelas vias automáticas. (b) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cartões de débito. (c) Valores a receber sobre receitas acessórias referente ao uso da faixa de domínio para passagem de fibra óptica, cabos de energia e regularização de acessos. (d) Refere-se a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa com contratos de permissão de uso da faixa de domínio, quais estão em processo de cobrança junto ao cliente.

	31/12/2025	31/12/2024
Não Circulante	Não Circulante	Não Circulante
Créditos a vencer	39.536	39.569
Créditos vencidos até 60 dias	203	13
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	–	10
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	69	–
Créditos vencidos há mais de 180 dias	162	887
Total	39.970	40.479

A Sociedade avalia o risco de inadimplência das contas a receber com base em: (i) experiência histórica de perdas por cliente e segmento; (ii) situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (iii) analisam individualmente item (i) e (ii) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda. O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da Sociedade.

7. Imposto de Renda e Contribuição Social – a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social: A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	129.312	(100.310)
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(43.966)	34.105
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	2.477	(1.079)
IR e CS não constituído sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias (*)	77.312	(63.261)
Total	35.823	(30.235)
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(8.046)	(983)
Diferido	43.869	(29.252)
Total	35.823	(30.235)

Alíquota efetiva de impostos 28% 30%
(*) Composição das bases de cálculo dos impostos demonstrada na tabela item 7.b)
b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Saldos patrimoniais estão representados por:

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	31/12/2025	31/12/2024
Não circulante	31/12/2025	31/12/2024
Diferenças temporárias ativas		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	554.126	564.617
Provisão de participação nos lucros	1.915	1.477
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	1.320	2.730
Outras provisões	3.219	409
Provisão para manutenção de rodovias	62.832	58.868
Amortização acumulada de obras futuras	861	774
Valor Recuperável de Intangível – Impairment	–	112.410
Arrendamentos	2.575	715
Provisão para perdas esperadas	162	887
Estorno de capitalização de juros	34	34
Amortização estorno de capitalização de juros	(21)	(19)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	627.023	742.902
Alíquota nominal	34%	34%
Total	213.188	252.587
Diferenças temporárias passivas		
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras (c)	(584)	(584)
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas (c)	(318.245)	(318.245)
Amortização dos ajustes – mudança de práticas contábeis (c)	192.699	175.181
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(126.130)	(143.648)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(42.884)	(48.840)
Total do imposto de renda e contribuição social	170.304	203.747
Impostos diferidos não constituídos	–	77.312
Total do imposto de renda e contribuição social constituído	170.304	126.435

(a) Refere-se a prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de

resultados tributáveis futuros. A sua realização está atrelada a maturidade e plano de negócio da concessão (UGC), que prevê um ciclo longo para a realização do prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final da concessão. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes* – EBT). (b) Refere-se às provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios decorrentes de reclamações pendentes de resoluções. (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, em conformidade com a Lei nº 12.973/14. Assim, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes decorrentes dessas mudanças até o final do período da concessão. Movimentos de resultados representados por:

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo fiscal e base negativa	(10.491)	(1.362)
Provisão de participação nos lucros	438	19
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(1.410)	(7.431)
Outras provisões	2.810	(2.304)
Provisão para manutenção de rodovias	3.964	(7.435)
Amortização acumulada de obras futuras	87	86
Valor Recuperável de Intangível – Impairment	(112.410)	100.681
Arrendamentos	1.860	(187)
Provisão para perdas esperadas	(725)	443
Amortização dos ajustes – mudança de práticas contábeis	17.518	17.519
Amortização estorno de capitalização de juros	(2)	(4)
Base de cálculo diferenças temporárias	(98.361)	100.025
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(33.443)	34.009

9. Direito de Uso – A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos operacionais (c)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso	20.006	4.613	4.974	8.827	39	41.964
Saldo em 31/12/2024	2.265	(4.314)	–	2.966	16	(687)
Remensurações	–	9.576	–	–	–	9.576
Adições	–	–	(268)	6.193	–	5.925
Transferências/reclassificações	–	(4.472)	–	–	–	(4.472)
Baixas	–	–	–	–	–	–
Saldo em 31/12/2025	22.271	5.403	4.706	17.986	55	52.306
Amortização acumulada	(16.299)	(4.368)	(1.632)	3.165	(31)	(20.396)
Saldo em 31/12/2024	(4.620)	(1.394)	(1.442)	(8.298)	(17)	(16.032)
Amortização	–	–	530	(6.455)	–	(5.925)
Transferências/reclassificações	–	4.472	–	–	–	4.472
Baixas	–	(1.290)	(2.544)	(11.588)	(48)	(1.492)
Saldo em 31/12/2025	(20.919)	(1.290)	(2.544)	(11.588)	(48)	(37.881)
Direito de uso líquido	3.707	245	3.342	11.992	8	2.274
Saldo em 31/12/2024	1.352	4.113	2.162	6.398	7	393
Saldo em 31/12/2025	19%	42%	19%	42%	30%	10%
Taxas de amortização – a.a.	19%	42%	19%	42%	30%	10%

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos operacionais (c)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso	20.006	4.193	861	17.810	22	3.426
Saldo em 31/12/2023	–	420	4.113	495	17	79
Remensurações	–	–	–	2.133	–	–
Adições	–	–	–	(11.611)	–	(11.611)
Baixas	–	–	–	–	–	–
Saldo em 31/12/2024	20.006	4.613	4.974	8.827	39	51.964
Amortização acumulada	(11.851)	(2.856)	(958)	(528)	(15)	(953)
Saldo em 31/12/2023	(4.448)	(1.512)	(674)	(7.918)	(16)	(14.846)
Amortização	–	–	–	(11.611)	–	(11.611)
Baixas	–	(4.368)	(1.632)	3.165	(31)	(1.231)
Saldo em 31/12/2024	(16.299)	(4.368)	(1.632)	3.165	(31)	(20.396)
Direito de uso líquido	8.155	1.337	(97)	17.282	7	2.473
Saldo em 31/12/2023	3.707	245	3.342	11.992	8	2.274
Saldo em 31/12/2024	22%	33%	14%	39%	41%	8%
Taxas de amortização – a.a.	22%	33%	14%	39%	41%	8%

(a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia. (b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar. (c) Refere-se a locação de veículos administrativos. (d) Refere-se a locação de veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais relacionadas a conservação de rodovias. (e) Refere-se a locação de impressoras. (f) Refere-se a locação de sedes administrativas. (g)

10. Imobilizado em Operação – A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
Custo do imobilizado	1.211	3.441	1.807	1.177	4.480	12.116
Saldo em 31/12/2024	5	–	–	–	–	5
Adições	–	–	331	–	–	331
Transferências/reclassificações (*)	–	(31)	–	–	–	(31)
Alienacões/baixas	–	–	–	–	–	–
Saldo em 31/12/2025	1.216	3.410	2.138	1.177	4.480	12.421
Depreciação acumulada	(1.042)	(2.909)	(970)	(1.163)	(3.678)	(9.762)
Saldo em 31/12/2024	(48)	(226)	(214)	(14)	(243)	(745)
Depreciação	–	–	(47)	–	–	(47)
Transferências/reclassificações	–	31	–	–	–	31
Alienacões/baixas	–	–	–	–	–	–
Saldo em 31/12/2025	(1.090)	(3.104)	(1.231)	(1.177)	(3.921)	(10.523)
Imobilizado líquido	169	532	837	14	802	2.354
Saldo em 31/12/2024	126	306	907	–	559	1.898
Saldo em 31/12/2025	10%	20%	18%	10%	10%	10%
Taxas de depreciação – a.a.	10%	20%	18%	10%	10%	10%

(*) Reclassificação de bens físicos inicialmente classificados no intangível, sendo transferido para imobilizado.

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
Custo do imobilizado	1.211	3.441	1.807	1.177	4.480	12.116
Saldo em 31/12/2023	–	–	–	–	–	–
Adições	–	–	–	–	–	–
Saldo em 31/12/2024	1.211	3.441	1.807	1.177	4.480	12.116
Depreciação acumulada	(985)	(2.574)	(796)	(1.058)	(3.394)	(8.807)
Saldo em 31/12/2023	(57)	(335)	(174)	(105)	(284)	(955)
Depreciação	–	–	–	–	–	–
Saldo em 31/12/2024	(1.042)	(2.909)	(970)	(1.163)	(3.678)	(9.762)
Imobilizado líquido	226	867	1.011	119	1.086	3.309
Saldo em 31/12/2023	169	532	837	14	802	2.354
Saldo em 31/12/2024	10%	20%	18%	10%	10%	10%
Taxas de depreciação – a.a.	10%	20%	18%	10%	10%	10%

11. Intangível e Infraestrutura em Construção – A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Redução ao valor recuperável (b) (Impairment)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Infraestrutura em construção (c)	Total
Custo do intangível	4.185.166	(113.690)	10.727	700	4.082.903	19.109	4.102.012
Saldo em 31/12/2024	169.925	–	2.175	–	172.100	13.871	185.971
Adições	5.152	–	–	–	5.152	(5.483)	(331)
Transferências/reclassificações (d)	–	–	–	–	–	–	–
Reversão da redução ao valor recuperável (e)	–	113.690	–	–	113.690	–	113.690
Outros (f)	1.502	–	2.917	–	4.419	932	5.351
Saldo em 31/12/2025	4.361.745	–	15.819	700	4.378.264	28.429	4.406.693
Amortização acumulada	(1.920.871)	1.280	(6.895)	–	(1.926.486)	–	(1.926.486)
Saldo em 31/12/2024	(287.525)	–	(1.622)	–	(289.147)	–	(289.147)
Amortização	47	–	–	–	47	–	47
Transferências/reclassificações (d)	–	–	–	–	–	–	–
Alienacões/baixas	–	(13.448)	–	–	(13.448)	–	(13.448)
Amortização da redução ao valor recuperável (e)	–	12.168	–	–	12.168	–	12.168
Saldo em 31/12/2025	(2.208.349)	–	(8.517)	–	(2.216.866)	–	(2.216.866)
Intangível líquido	2.264.295	(112.410)	3.832	700	2.156.417	19.109	2.175.526
Saldo em 31/12/2024	2.153.396	–	7.302	700	2.161.398	28.429	2.189.827
Saldo em 31/12/2025	6%	–	39%	–	–	–	–
Taxas de amortização – a.a. (g)	6%	–	39%	–	–	–	–

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Arteris

Régis Bittencourt

Autopista Régis Bittencourt S.A.

CNPJ/MF nº 09.336.431/0001-06

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Redução ao valor recuperável (b) (Impairment)	Software	Adianta-mento forne-cedores	Total do intangível	Infraes-trutura em construção (c)	Total
Custo do intangível							
Saldo em 31/12/2023	3.965.160	(11.729)	8.433	702	3.962.566	62.147	4.024.713
Adições	127.522	–	1.683	–	129.205	46.933	176.138
Transferências/reclassificações (d)	89.977	–	(4)	(2)	89.971	(89.971)	–
Redução ao valor recuperável (b)	–	(101.961)	–	–	(101.961)	–	(101.961)
Outros (f)	2.507	–	615	–	3.122	–	3.122
Saldo em 31/12/2024	4.185.166	(113.690)	10.727	700	4.082.903	19.109	4.102.012
Amortização acumulada							
Saldo em 31/12/2023	(1.655.076)	–	(5.228)	–	(1.660.304)	–	(1.660.304)
Amortização	(264.037)	–	(1.666)	–	(265.703)	–	(265.703)
Amortização da redução ao valor recuperável (e)	–	1.280	–	–	1.280	–	1.280
Outros (f)	(1.758)	–	(1)	–	(1.759)	–	(1.759)
Saldo em 31/12/2024	(1.920.871)	1.280	(6.895)	–	(1.926.486)	–	(1.926.486)
Intangível líquido							
Saldo em 31/12/2023	2.310.084	(11.729)	3.205	702	2.302.262	62.147	2.364.409
Saldo em 31/12/2024	2.264.295	(112.410)	3.832	700	2.156.417	19.109	2.175.526
Taxas de amortização – a.a. (g)	6%	6%	39%				

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

(b) Refere-se a provisão para desvalorização de ativos (*impairment*), no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, houve reversão de R\$113.690, bruto da amortização, conforme teste de *impairment* mencionado no tópico abaixo.

(c) Infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos e a política da Sociedade é divulgá-los em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principais naturezas as obras de duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros.

(d) Saldo referente a reclassificação de intangível para imobilizado.

(e) Amortização da provisão para desvalorização de ativos (*impairment*, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, houve reversão do montante amortizado até 30 de novembro de 2025, conforme teste de *impairment* mencionado no tópico abaixo.

(f) Transferência de ativos desenvolvidos na *holding* para operação da Sociedade.

(g) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade complementou o montante de R\$2.955 (R\$4.319 em 31 de dezembro de 2024) o valor das infraestruturas em construção tomando como base os custos de debêntures atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação aos valores principais das dívidas, em 2025, foi de 0,17% a.a. (em 2024 0,23% a.a.), do total de juros provisionados no exercício. Teste de recuperabilidade de ativos (*impairment*): Em 2025, a Sociedade realizou o teste de *impairment* em conformidade com os requisitos do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, utilizando o valor justo como base de mensuração do valor recuperável. Para isto, a Administração elaborou projeções de fluxos de caixa descontados, considerando a Unidade Geradora de Caixa (UGC) em operação em 31 de dezembro de 2025. As projeções foram preparadas com base em premissas classificadas em nível 3, uma vez que envolvem projeções internas da administração, não observáveis no mercado. Os cálculos do valor justo e suas premissas subjacentes foram realizadas e aprovadas pela Administração, para o período do contrato de concessão. As principais premissas que afetam os fluxos de caixa projetados incluem: (i) curva de demanda de tráfego considerando o aumento da demanda gerada pelas melhorias executadas, (ii) extensão do prazo de concessão por mais 15 anos, cenário de deságio gerado pela análise de sensibilidade, e também as melhorias futuras previstas no novo contrato de concessão conforme estimativa de investimentos previstos na repactuação da sociedade já divulgada pela ANTT, abordando aspectos relacionados aos benefícios que as melhorias tendem a trazer uma maior fluidez, segurança e redução dos acidentes elevando o nível de atratividade do usuário da rodovia, (iii) crescimento do PIB de acordo com as tendências macroeconômicas e sua elasticidade estimada, (iv) variação tarifária, (v) nível de investimento e custos operacionais; e (vi) taxa de desconto. As projeções do fluxo de caixa foram elaboradas em Reais, contemplando efeitos inflacionários estimados: 4,33% em 2026, 3,89% em 2027 e 3,71% para o período de 2028 a 2041. A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI) estimado de acordo com a metodologia CAPM (Capital Asset Pricing Model). A taxa utilizada, foi de 9,33% em 31 de dezembro de 2025 (9,07% em 31 de dezembro de 2024), refletindo os riscos específicos da UGC e a estrutura de capital da Sociedade, conforme requerido pelo CPC01. O teste de *impairment* realizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, indicou a necessidade de reversão parcial das provisões de perdas anteriormente reconhecidas. Essa reversão se deve principalmente pela melhora na estimativa das receitas ocasionadas por reequilíbrios contratuais. O montante revertido (efeito não caixa) totalizou R\$100.242, líquido da amortização acumulada até 30 de novembro de 2025. Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade registrou uma provisão para redução ao valor recuperável no valor de R\$101.961.

12. Debêntures – A composição das debêntures, negociadas em moeda funcional da Sociedade – Real (R\$), é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
8ª emissão – 1ª série	1.000.000	IPCA + 4,5% a.a.	jun-31	1.385.248	1.367.070
8ª emissão – 2ª série	700.000	CDI + 0,86% a.a.	jun-27	290.818	422.524
				1.676.066	1.789.594
			Custo de transação	(23.658)	(30.434)
			Total	1.652.408	1.759.160
			Circulante	202.666	165.715
			Não circulante	1.449.742	1.593.445
			Total	1.652.408	1.759.160

Os saldos e movimentações estão representados por:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Saldo inicial	172.491	1.617.103	1.789.594	148.045	1.721.280	1.869.325
Juros e variações monetárias provisionados	118.553	59.185	177.738	118.941	65.374	184.315
Amortização de principal	(172.790)	–	(172.790)	(145.189)	–	(145.189)
Pagamento de juros	(118.476)	–	(118.476)	(118.857)	–	(118.857)
Transferências	209.664	(209.664)	–	169.551	(169.551)	–
	209.442	1.466.624	1.676.066	172.491	1.617.103	1.789.594
Custo de transação	(6.776)	(23.658)	(30.434)	(6.776)	(23.658)	(30.434)
Saldo final	202.666	1.449.742	1.652.408	165.715	1.593.445	1.759.160
As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre as datas de emissão e da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:						
Série	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito	
8ª emissão – 1ª série	19/11/2019	1.000.000	1.000	19/11/2019	1.000.000	
8ª emissão – 2ª série	19/11/2019	700.000	970	19/11/2019	678.821	
		1.700.000			1.678.821	

Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente das parcelas a vencer brutas do custo de transação apresentadas no passivo não circulante das emissões possuem os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	
2027	242.694
2028	275.763
2029	279.540
2030	328.648
Após 2030	339.979
	1.466.624

Garantias: A 8ª emissão de debêntures da Sociedade possui Garantias Reais (Cessão Fiduciária de Recebíveis e Alienação Fiduciária de Ações) além de fiança/aval de sua Controladora Arteris S.A. Cláusula Financeira (Covenant Financeiro) – 8ª emissão de debêntures: Em conformidade com as escrituras de emissão de debêntures, a Emissora compromete-se a manter, durante toda a vigência da emissão e enquanto houver valores devidos em virtude das debêntures, o cumprimento dos seguintes índices financeiros, apurados ao final de cada trimestre civil com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas da sociedade: (a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) – Índice de Distribuição O ICSD é utilizado como requisito para que a Emissora possa realizar operações financeiras com suas controladoras, bem como efetuar distribuições a acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio ou outras modalidades. A Emissora deve manter ICSD igual ou superior a 1,20, calculado trimestralmente, considerando também o ICSD Pro Forma após a realização de operações com controladoras, conforme definido na escritura. Fórmula para o ICSD:

ICSD =
$$\frac{\text{EBITDA Ajustado} - \text{Impostos Pagos} - \text{CAPEX}}{\text{Serviço das Dívidas}}$$

Fórmula para o ICSD Pro Forma:

ICSD Pro forma =
$$\frac{\text{EBITDA Ajustado} - \text{Impostos Pagos} - \text{CAPEX}}{\text{Distribuições aos Acionistas} + \text{Serviço das Dívidas}}$$

Onde: (i) EBITDA Ajustado: lucro (prejuízo) líquido antes de IR e CSLL, adicionando (i.a) despesas não operacionais; (i.b) despesas financeiras; (i.c) provisão para desvalorização de ativos, amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa – método indireto); e (i.d) provisões de manutenção sem efeito caixa; e excluindo (i.e) receitas não operacionais; e (i.f) receitas financeiras, relativos aos últimos 12 meses.

(ii) Impostos Pagos: somatório do Imposto de Renda e da Contribuição Social pagos nos últimos 12 meses.

(iii) CAPEX: montante investido em obras e equipamentos operacionais nos últimos 12 meses, conforme demonstrado nas demonstrações financeiras.

(iv) Serviço das Dívidas: soma das amortizações de principal e pagamento de juros de dívidas, empréstimos, financiamentos, debêntures e outros instrumentos de dívida dos últimos 12 meses. Distribuições aos Acionistas (para o ICSD Pro

Forma): dividendos, juros sobre capital próprio, reduções de capital, repagamentos de mútuos e demais remunerações aos acionistas pagos nos últimos 12 meses.

(b) Índice Patrimônio Líquido sobre Ativo Total (Relação PL/Ativo Total) – Índice de Distribuição e Manutenção: O PL/Ativo Total é utilizado como requisito para que a Emissora possa realizar operações financeiras com suas controladoras, bem como efetuar distribuições a acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio ou outras modalidades. A não observância desse índice, ainda que temporária, caracteriza inadimplemento contratual, podendo acarretar vencimento antecipado das debêntures, conforme previsto na escritura. Para fins contratuais: • considera-se como “Dívida Líquida”, a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as debêntures, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Emissora seja parte, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora, menos as disponibilidades. Os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço da Emissora considerar-se-ão como dívida; e • considera-se como “EBITDA Ajustado”, o lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com provisão para desvalorização de ativos, amortizações e depreciações (sendo as amortizações e depreciações apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (1) receitas não operacionais; e (2) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice. Os limites máximos permitidos para este índice são: • A partir de 2027: ≤ 3,00; • 2028: ≤ 2,50; • 2029: ≤ 2,00; • 2030: ≤ 1,50; • 2031: ≤ 1,00. A Sociedade cumpriu todos os índices dos covenants de suas debêntures na data de 31 de dezembro de 2025. Em relação às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, a Sociedade avaliou e não há impactos a serem reconhecidos nas demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A Sociedade estima que irá cumprir os covenants que serão apresentados trimestralmente nos próximos doze meses, dessa forma os

PL/Ativo total =
$$\frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Ativo Total}} \leq 20\%$$

(c) Índice de Alavancagem (Relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado) – Índice de Manutenção: Este índice representa a razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, devendo ser observado pela Emissora em caráter contínuo durante toda a vigência da emissão. A não observância desse índice, ainda que temporária, caracteriza inadimplemento contratual, podendo acarretar vencimento antecipado das debêntures, conforme previsto na escritura. Para fins contratuais: • considera-se como “Dívida Líquida”, a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as debêntures, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Emissora seja parte, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora, menos as disponibilidades. Os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço da Emissora considerar-se-ão como dívida; e • considera-se como “EBITDA Ajustado”, o lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com provisão para desvalorização de ativos, amortizações e depreciações (sendo as amortizações e depreciações apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (1) receitas não operacionais; e (2) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice. Os limites máximos permitidos para este índice são: • A partir de 2027: ≤ 3,00; • 2028: ≤ 2,50; • 2029: ≤ 2,00; • 2030: ≤ 1,50; • 2031: ≤ 1,00. A Sociedade cumpriu todos os índices dos covenants de suas debêntures na data de 31 de dezembro de 2025. Em relação às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, a Sociedade avaliou e não há impactos a serem reconhecidos nas demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A Sociedade estima que irá cumprir os covenants que serão apresentados trimestralmente nos próximos doze meses, dessa forma os

saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

13. Fornecedores e Cauções Contratuais – Em 31 de dezembro de 2025, o saldo registrado no passivo circulante, no montante de R\$18.881 (R\$34.265 em 31 de dezembro de 2024), refere-se a obrigações com fornecedores e prestadores de serviços, relacionados principalmente a valores devidos por serviços, materiais e equipamentos utilizados em obras de melhorias, manutenção e conservação. O saldo de R\$11.420 (R\$9.226 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços, registrados conforme as condições estabelecidas nos contratos, que preveem retenções entre 3% a 10% sobre o valor dos serviços prestados, dependendo do acordo em cada contrato. Esses saldos estão predominantemente vinculados à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e com a execução de obras na rodovia.

14. Arrendamento Mercantil a Pagar – A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro a seguir:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante
Saldo inicial	13.326	8.957	14.492	15.567
Remensurações	4.632	(5.319)	514	4.610
Adições	1.020	8.556	380	1.753
Utilizações (*)	(16.811)	–	(17.718)	–
Ajuste a valor presente – AVP	2.639	–	2.685	–
Transferências	5.102	(5.102)	12.973	(12.973)
	9.908	7.092	13.326	8.957

(*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$16.384 (R\$16.191 em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente das parcelas a vencer apresentadas no passivo não circulante relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	
2027	2.667
2028	998
2029	1.135
2030	1.248
Após 2030	1.044
	7.092

O potencial PIS/Cofins (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 são respectivamente R\$277 e R\$1.278 para PIS e Cofins (R\$292 e R\$1.347, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024). A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a taxa média é de 11,38% a.a. (10,83% a.a. em 31 de dezembro de 2024). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade, levando em consideração o prazo de cada contrato de arrendamento.

15. Transações com Partes Relacionadas – As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a despesas administrativas. Os saldos patrimoniais e as transações realizadas no resultado em 31 de dezembro de 2025 e 2024, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante		
Controladora/Outras Partes Relacionadas		
Contas a receber:		
Arteris S.A. - controladora (*)	306	–
Total parte relacionada no ativo circulante	306	–
Passivo circulante		
Controladora/Outras Partes Relacionadas		
Contas a pagar:		
Arteris S.A. - controladora (*)	13.070	7.780
Litoral Sul S.A. (*)	1.877	2.322
ViaPaulista S.A. (*)	429	–
Passivos com partes relacionadas circulante	15.376	10.102
Total do passivo circulante	15.376	10.102
Despesas gerais:		
Controladora		
Arteris S.A.	(22.691)	(21.142)
Outras partes relacionadas		
Litoral Sul S.A.	(11.722)	(12.500)
Total	(34.413)	(33.642)

(*) A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da *holding*, com base na receita de suas controladas, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias. O valor no subitem “Outras partes relacionadas” está relacionado a reembolsos de custos e despesas administrativas entre as controladas. No decorrer do exercício findo de 31 de dezembro de 2025, a Sociedade reconheceu o montante de R\$5.530 (R\$5.798 em 31 de dezembro de 2024), a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos, dos quais R\$1.183 (R\$338 em 31 de dezembro de 2024) relativos à diretoria da Sociedade e R\$4.347 (R\$5.460 em 31 de dezembro de 2024) relativos ao rateio da diretoria da controladora Arteris. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo – ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente. Os administradores não obtiveram empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações. A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual em até R\$805 sem encargos para o exercício de 2025 (R\$807 para o exercício de 2024). Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

16. Benefícios a Empregados – A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados – PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício, e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício correntes as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$1.915 e R\$1.477. Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa. O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabela específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA (*Earning before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) do Grupo Arteris e da Sociedade, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade. A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

17. Provisões – a) Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios: A movimentação dos saldos dos riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios durante os exercícios

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Arteris

Régis Bittencourt

Autopista Régis Bittencourt S.A.

CNPJ/MF nº 09.336.431/0001-06

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é conforme segue:

	31/12/2024	Adições	Reversões	Paga- mentos	Encargos	31/12/2025
Cíveis	1.259	8.887	(3.250)	(6.057)	40	879
Trabalhistas	1.471	6.205	(3.739)	(3.523)	27	441
Total	2.730	15.092	(6.989)	(9.580)	67	1.320

	31/12/2023	Adições	Reversões	mentos	Encargos	31/12/2024
Cíveis	1.159	2.700	(1.075)	(1.646)	121	1.259
Trabalhistas	4.532	6.940	(5.318)	(4.767)	84	1.471
Regulatórios	4.470	229	(4.699)	–	–	–
Total	10.161	9.869	(11.092)	(6.413)	205	2.730

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em razão da assinatura do TAC, conforme mencionado na nota explicativa nº 2, a Sociedade reverteu os processos regulatórios administrativos prováveis que foram objetos da negociação do TAC Multas. Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível

por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Possíveis	6.518	5.167
Cíveis	1.261	1.030
Trabalhistas	35.232	33.734
Regulatórios	921	4.730
Fiscais	43.932	44.661

Os depósitos judiciais no montante de R\$239 em 31 de dezembro de 2025 (R\$232 em 31 de dezembro de 2024) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado perda como possível ou remoto. b) **Provisão para manutenção:** A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 7,23% a.a. em 31 de dezembro de 2025 (7,61% a.a. em 31 de dezembro de 2024), considerando os valores da próxima intervenção que, de acordo com o contrato de concessão que, o ciclo é de 4 anos. c) **Provisão para investimentos:** A provisão para investimentos é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados de gastos na construção e melhorias de rodovias até o final da concessão, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	
Saldo em 31/12/2024	1.399	24.327	34.541	1.399	58.868	
Adições/Reversões	–	12.673	23.531	–	36.204	
Utilizações	–	(36.375)	–	–	(36.375)	
Ajuste a valor presente	–	1.651	2.484	–	4.135	
Transferências	–	21.368	(21.368)	–	–	
Saldo em 31/12/2025	1.399	23.644	39.188	1.399	62.832	

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	
Saldo em 31/12/2023	1.399	29.790	36.513	1.399	66.303	
Adições/Reversões	–	11.529	21.916	–	33.445	
Utilizações	–	(45.215)	–	–	(45.215)	
Ajuste a valor presente	–	2.329	2.006	–	4.335	
Transferências	–	25.894	(25.894)	–	–	
Saldo em 31/12/2024	1.399	24.327	34.541	1.399	58.868	

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$44.050 (R\$36.754 em 31 de dezembro de 2024).

18. Patrimônio Líquido – Capital social: O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$978.785, compostos por 747.759.759 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor R\$976.785. Conforme acordado em Assembleia Geral Extraordinária o saldo a integralizar de R\$2.000 tem prazo para integralização de 36 meses a contar da data de 7 de fevereiro de 2022. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo a integralizar permanece sob decisão de integralização ou não pela Controladora da Sociedade. Cada ação confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Reserva legal:** A Sociedade segue as regulamentações na forma do Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, que prevê a destinação de 5% do montante contido em rubricas de lucro líquido, limitando-se a 20% do capital social integralizado. **Reserva e retenção de lucros:** O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76. **Distribuição de dividendos:** O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade. **Juros sobre o capital próprio:** Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

19. Receitas – A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos exercícios é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de serviços prestados	748.314	701.917
Receita de serviços de construção	182.944	172.643
Outras receitas	9.676	8.064
Receita bruta	940.934	882.624
ISSQN	(37.416)	(35.097)
PIS	(4.933)	(4.631)
COFINS	(22.768)	(21.373)
Outras deduções	(900)	(399)
Receita líquida	874.917	821.124

20. Custos e Despesas por Natureza – Estão representados por:

	31/12/2025	31/12/2024
Custos:		
Com pessoal	(34.731)	(33.575)
Serviços de terceiros	(25.787)	(30.091)
Conservação	(13.844)	(10.986)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(3.431)	(2.608)
Consumo	(4.200)	(4.015)
Transportes	(8.260)	(7.882)
Verba de fiscalização	(22.334)	(21.297)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(908)	(636)
Seguros/Garantias	(5.679)	(5.125)
Provisão de manutenção em rodovias	(36.204)	(33.445)
Custos de serviços da construção	(182.944)	(172.643)
Depreciação/Amortização	(292.336)	(279.320)
Outros	(1.912)	(1.236)
Total	(632.570)	(602.859)
Despesas gerais e administrativas:		
Com pessoal	(21.014)	(20.707)
Serviços de terceiros	(3.378)	(2.650)
Manutenção de bens e conservação	(2.471)	(2.359)
Consumo	(1.581)	(1.157)
Transportes	(206)	(268)
Seguros/Garantias	(25)	(27)
Provisão (reversão) para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(8.103)	1.223
Comunicação e marketing	(282)	(322)
Indenizações à terceiros	(46)	(64)
Publicações legais	(200)	(135)
Depreciação/Amortização	(1.420)	(904)
Reversão (provisão) para perdas esperadas	725	(1.453)
Outros	(2.148)	(1.741)
Total	(40.149)	(30.564)

21. Resultado Financeiro – Está representado por:

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	13.096	8.538
Créditos fiscais	356	112
Outras receitas	48	284
Total	13.500	8.934
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros (*)	(174.783)	(179.996)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(6.774)	(7.020)
Outras despesas	(9.190)	(9.423)
Total	(190.747)	(196.439)

(*) Do total de juros de debêntures incorridos em 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$177.738, o montante de R\$2.955 foi reconhecido como adição de infraestrutura em construção na demonstração do fluxo de caixa de investimento capitalizado (R\$184.315 e R\$4.319, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024).

22. Demonstração dos Fluxos de Caixa – a) Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5. b) Informações suplementares

	31/12/2025	31/12/2024
Total das adições de intangível e infraestrutura em construção (a)	191.322	177.501
Total das adições de imobilizado (b)	5	–
Juros capitalizados – debêntures (a)	(2.955)	(4.319)
	188.372	173.182

	31/12/2025	31/12/2024
Aquisição (adições)	(188.372)	(173.182)
Fornecedores	9.605	1.531
Obrigações fiscais	(147)	6.385
Contas a pagar – partes relacionadas	414	1.855
Cauções contratuais	486	(272)

	31/12/2025	31/12/2024
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestrutura em construção	(178.014)	(163.683)
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(5)	–
Aquisições de itens do intangível	(178.009)	(163.683)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	(178.014)	(163.683)

Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:

Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no exercício, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível e infraestrutura em construção	10.358	9.499
---	--------	-------

(a) Vide notas explicativas nº 11 e nº 21. (b) Vide nota explicativa nº 10.

23. Lucro (Prejuízo) por Ação – O cálculo básico do lucro (prejuízo) por ação é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. A tabela a seguir reconcilia o lucro (prejuízo) e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:

	31/12/2025	31/12/2024
Básico/Diluído		
Lucro (prejuízo) do exercício	165.135	(130.545)
Número de ações durante o exercício	747.760	747.760
Lucro (prejuízo) por ação	0,2208	(0,1746)

Não há diferença entre lucro (prejuízo) básico e lucro (prejuízo) diluído por ação por não existir durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

24. Instrumentos Financeiros – As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, conforme quadro a seguir:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Nível	Mensu- ração (*)	Valor Justo	Valor Justo
Ativo				
Caixa e equivalentes	N/A	2	10.058	25.136
de caixa	N/A	2	21.431	5.911
Aplicações financeiras	N/A	2	39.808	39.592
Contas a receber	N/A	2	306	306
clientes	N/A	2	306	–
Contas a receber – partes relacionadas	N/A	2	20.903	19.303
Aplicações financeiras vinculadas	N/A	2	879	1.449
Outros créditos	N/A	2	93.385	93.385
			91.391	91.391

	31/12/2025		31/12/2024	
	Mensu- Nível	ração (*)	Valor Justo	Valor Justo
Passivo				
Contas a pagar – partes relacionadas	N/A	2	15.376	10.102
Debêntures (a)	N/A	2	1.676.066	1.601.406
Fornecedores e cau- ções contratuais	N/A	2	30.301	43.491
Outras contas a pagar	N/A	2	6.372	7.924
			1.728.115	1.662.923

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado (a) Vide nota 12. **Mensuração a valor justo:** O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. - Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Técnicas de mensuração do valor justo: A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos. O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliados pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo. Já as debêntures tiveram seus valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

25. Gestão de Risco – De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir: **Riscos de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações – irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **a) Exposição a riscos de taxas de juros:** A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do IPCA e do CDI, relativos a debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures, líquidos das aplicações financeiras. A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro antes da tributação (é afetado pelo impacto das debêntures a pagar sujeitas a taxas variáveis):

	Efeito no lucro antes da tributação – Aumento em pontos bases		
	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
Indicadores	12,15%	15,19%	18,23%
CDI	(37,300)	(46,014)	(54,727)
Juros a incorrer – Debêntures (*)	2.553	3.191	3.829
Receita de aplicações financeiras	(34.747)	(42.823)	(50.898)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	4,05%	5,06%	6,08%
IPCA	(119,456)	(133,930)	(148,404)
Juros a incorrer – Debêntures (*)	(119,456)	(133,930)	(148,404)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(154,203)	(176,753)	(199,302)
Juros a incorrer líquido			

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório FOCUS de 26 de dezembro de 2025, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil – BACEN. (*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor. **b) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade. A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos. Em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade apresentava valores a receber no montante de R\$37.481 (R\$36.457 em 31 de dezembro de 2024) com as empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectar Instituição de Pagamento e Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A, Move Mais Meios de Pagamentos Ltda., Veloe Companhia Brasileira de Soluções e Serviços S.A. e Greenpass Tecnologia em Pagamentos S.A., decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica “Contas a receber”. A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio. **c) Risco de liquidez e gestão de capital:** Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade. O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Em 31 de dezembro de 2025, o passivo circulante da sociedade excedeu o seu ativo circulante em R\$210.692 (R\$184.603 em 31 de dezembro de 2024). A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos. A Sociedade tem seu acionista como principal apoiador financeiro, com capacidade de continuar mantendo suas atividades, assegurando tanto pelo suporte financeiro atual, dos próximos 12 meses e futuro. A tabela a seguir apresenta o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/03/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



arteris

Régis Bittencourt

Autopista Régis Bittencourt S.A.

CNPJ/MF nº 09.336.431/0001-06

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (a)	Valor contábil	Total	Fluxos de caixa contratuais				
				3 meses ou menos	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
Arrendamento mercantil a pagar	11,38%	17.000	19.870	5.144	6.674	2.917	1.468	3.667
Debêntures – CDI (b)	16,78%	290.818	337.834	–	182.576	155.258	–	–
Debêntures – IPCA (b)	10,85%	1.385.248	1.625.603	–	120.899	155.619	646.490	702.595
Fornecedores e caucões contratuais	–	30.301	30.301	29.076	1.225	–	–	–
Fornecedores partes relacionadas	–	15.376	15.376	15.376	–	–	–	–
Outras contas a pagar	–	6.372	6.372	6.251	121	–	–	–
		1.745.115	2.035.356	55.847	311.495	313.794	647.958	706.262

(a) Média ponderada efetiva % a.a. (b) Valores brutos dos custos de transação.

26. Informações por Segmento de Negócio – Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho. Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como elaboração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

27. Garantias e Seguros – A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Em 31 de dezembro de 2025, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	230.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	257.018

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$97.320 (R\$45.226 em 31 de dezembro de 2024).

Diretoria

Álisson de Almeida Freire Diretor Presidente	José Acácio Delmonego Júnior Diretor Superintendente	Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Giane Luza Zimmer de Freitas Diretora de Assuntos Regulatórios	Luiz Cesar Lindgren Costa Diretor de Engenharia
--	--	---	--	---

Conselho de Administração

Giane Luza Zimmer Freitas Conselheiro	Flavia Lucia Mattioli Tâmega Conselheira	Roberto Paolini Conselheiro
---	--	---------------------------------------

Contador

Anderson Rossi Mosna CRC 1SP 257.150/O-7
--

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da Autopista Régis Bittencourt S.A. Registro-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Autopista Régis Bittencourt S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Régis Bittencourt S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio:** Por que é um PAA? Conforme descrito na nota explicativa nº 19 as demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade possui registrado o montante de R\$748.314 mil referente à receita de serviços prestados, que representa a receita proveniente de arrecadação de pedágio. A referida receita é decorrente dos termos e das condições estabelecidos no contrato de concessão rodoviária, que determina que a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. Anualmente, as tarifas são reajustadas de acordo com o contrato de concessão, o que impacta diretamente a receita da concessionária com base no tráfego das rodovias. O sistema de arrecadação de pedágio é utilizado para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, por meio das vias manuais (cobrança em espécie, cartões de débito e crédito nas cabines de pedágio) e vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação ("tag") fixado no interior dos veículos, bem como da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante e a coerência entre o número de eixos cadastrados no ("tag") e o número de eixos reais do veículo passante). Nesse contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial em nossa auditoria devido ao volume de transações e à dependência significativa dos sistemas de informação e estrutura tecnológica. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e teste da implementação e efetividade dos controles internos relevantes relacionados ao processo de reconhecimento de receita, incluindo a avaliação do desenho e teste de controles dos sistemas informatizados considerados relevantes, com uso de nossos especialistas de tecnologia da informação, para os quais destacamos: a) a execução de testes relacionados à segurança da informação, à gestão de acessos e à segregação de função com impacto sobre as demonstrações financeiras, incluindo testes complementares sobre evidências mitigatórias, quando aplicável; b) testes de integridade e acurácia dos relatórios utilizados para a determinação do reconhecimento de receita; ii) execução de projeções independentes com base em premissas históricas realizadas de volume de tráfego e tarifa definida e, com base no resultado obtido, comparação com os registros contábeis da Sociedade; iii) execução de teste, em base amostral, sobre as receitas de arrecadação de pedágio ocorridas no exercício, a fim de avaliar a ocorrência e exatidão das transações; e iv) avaliação das divulgações apresentadas em nota explicativa. Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências, não significativas, nos controles gerais de tecnologia da informação dos sistemas informatizados considerados relevantes, bem como ajustes imateriais, o que nos levou a alterar a

nossa abordagem de auditoria e ampliar a extensão de nossos procedimentos inicialmente planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas. Para as deficiências identificadas, a Sociedade apresentou evidências mitigatórias. A Administração, como parte de sua avaliação, decidiu não registrar os ajustes por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos a receita reconhecida proveniente de arrecadação de pedágio aceitável no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Ativo intangível – Avaliação do risco de redução do valor recuperável do ativo intangível:** Por que é um PAA? Conforme divulgado na nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade possui registrado na rubrica "Intangível" o montante de R\$2.161.398 mil, que representa 87% do total do ativo nas demonstrações financeiras. Anualmente, a Sociedade realiza análise da existência de indicadores de "impairment" e, caso necessário, efetua a mensuração do valor recuperável, a fim de concluir sobre a necessidade de provisão para perdas ao valor recuperável de ativos intangíveis. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido: (i) à relevância dos montantes envolvidos; e (ii) ao alto grau de julgamento necessário para a avaliação de recuperabilidade dos ativos, o que envolve análises de premissas subjetivas e condições futuras esperadas da economia e do mercado. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) avaliação do desenho e da implementação do controle interno relevante relacionados ao processo de revisão do teste de redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis; ii) utilização de especialistas para a avaliação da razoabilidade das metodologias usadas pela Sociedade, a fim de testar se esta foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de mercado usualmente utilizadas na avaliação dos fluxos de caixa e na estimativa da taxa de desconto; iii) execução de procedimentos de auditoria sobre as premissas operacionais, em especial aquelas que se referem ao crescimento previsto da receita decorrente de arrecadação de pedágio, que pode ser impactado pela redução ou pelo crescimento econômico, pelas taxas de inflação esperadas, pelo volume de tráfego de veículos, entre outras premissas; e iv) avaliação das divulgações apresentadas em nota explicativa. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos aceitável o valor do ativo intangível no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Outros assuntos:** **Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Sociedade e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras. **Auditoria do exercício anterior:** As demonstrações financeiras da Sociedade, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 26 de fevereiro de 2025, sem modificações. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando

e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 3 de março de 2026

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011609/O-8	Manoel P. da Silva Contador CRC nº 1 SP 205664/O-2
--	---

Deloitte.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/03/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

